

Formulário de Resposta aos recursos – NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Superior

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 26 TIPO 2: 30 TIPO 3: 23	<p>Alternativa correta:</p> <p>(E) a administração do patrimônio público.</p> <p>O inciso III do Art. 7º da LAI garante ao cidadão o direito de obter informações sobre:</p> <p>“a administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações, contratos administrativos”, entre outros itens.</p> <p>Portanto, essa alternativa está exatamente de acordo com a redação legal e contempla o conteúdo mencionado no enunciado da questão.</p> <p>(A) a proteção de informação subjetiva.</p> <p>Errada. A LAI trata da publicidade de informações objetivas. O termo "informação subjetiva" nem é citado na lei, e, além disso, informações pessoais protegidas por sigilo não se enquadram como acesso público irrestrito.</p> <p>(B) condições inapropriadas de órgãos públicos e privados.</p> <p>Errada. A LAI não trata de condições “inapropriadas”, nem usa esse tipo de linguagem avaliativa ou vaga. A lei regula o acesso a informações e não emite juízo de valor sobre condições institucionais.</p> <p>(C) protocolos de documentos e requerimentos externos.</p> <p>Errada. Protocolos podem ser acessados, mas não são o foco principal do Art. 7º. A menção específica do artigo diz respeito a licitações, contratos e uso de recursos públicos.</p> <p>(D) a tramitação de documentos de importação pública.</p> <p>Errada. Essa expressão não é utilizada na LAI. Além disso, "importação pública" não é um termo técnico reconhecido dentro da legislação da transparência.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 29 TIPO 2: 23 TIPO 3: 28	<p>ALTERNATIVA CORRETA LETRA C. A suspensão temporária para participar de licitações pode ser de até 2 anos. Essa alternativa transcreve corretamente o inciso IV do artigo 33 da LAI.</p> <p>INCORRETA - A) A Advertência pode ser aplicada como penalidade, após negado o direito de defesa do interessado.</p> <p>Nenhuma sanção administrativa pode ser aplicada sem garantir o contraditório</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>e ampla defesa, conforme o art. 5º, inciso LV da Constituição Federal. Isso torna a alternativa inconstitucional e incompatível com a LAI.</p> <p>INCORRETA. (B) A declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a administração pública é uma sanção. A sanção correta é a declaração de inidoneidade (não idoneidade).</p> <p>"Declaração de idoneidade" seria, na verdade, uma reabilitação, e não uma penalidade.</p> <p>INCORRETA. (D) A reabilitação para contratar com a administração pública ocorre automaticamente após 2 anos.</p> <p>O Art. 33, inciso V, afirma que a reabilitação deve ser promovida pelo interessado, perante a mesma autoridade que aplicou a sanção.</p> <p>Não é automática, mesmo após o prazo de 2 anos.</p> <p>INCORRETA. (E) A aplicação de qualquer sanção é de competência exclusiva do Ministério Público.</p> <p>O Ministério Público não tem competência exclusiva para aplicar essas sanções. A aplicação das penalidades cabe às autoridades administrativas competentes, conforme a infração e o vínculo da pessoa/entidade com a administração pública.</p>		
--	--	--	--